



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 27 DE SETEMBRO

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Jair Tutto) – Bom dia a todos e a todas. Na qualidade do Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da décima sexta audiência pública de 2017, com a presença dos Vereadores: Aurélio Nomura, Líder do Governo; e Isac Felix, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios Online.

Esta audiência pública tem publicação no Diário Oficial da Cidade nos dias 18/09/2017, 19/09/2017, 20/09/2017, 21/09/2017, 22/09/2017, 23/09/2017, 25/09/2017, 26/09/2017 e 27/09/2017; e duas publicações em jornais de grande circulação: *O Estado de S.Paulo*, em 22/09/2017, *Folha de S.Paulo*, em 22/09/2017.

Esta audiência pública tem como objeto cumprir o disposto no artigo 9º, inciso IV, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses maio e setembro, e do mês de fevereiro do ano subsequente, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Convido para composição da Mesa as seguintes autoridades: Caio Megale, Secretário Municipal da Fazenda; Luís Felipe Vidal Arellano, Subsecretário do Tesouro Municipal; Diogo de Tullio Vasconcelos, Chefe da Assessoria Técnica de Planejamento e de Assuntos Econômicos – ASECO; Marcos Chust, representando o Sr. Roberto Braguim, Presidente do Tribunal de Contas do Município.

Aos componentes da Mesa, Srs. Vereadores e público presente, sejam todos bem-vindos.

Passarei a palavra ao Sr. Secretário, que fará sua exposição inicial sobre o primeiro e o segundo quadrimestre.

O SR. CAIO MEGALE – Bom dia a todos. Obrigado pela presença e pela audiência. É um prazer estar aqui mais uma vez na Comissão de Finanças apresentando, desta feita, os resultados dos acumulados até o segundo quadrimestre do ano de 2017.

Vou começar pelas receitas, despesas, resultados, dívidas e limites - que fundamentalmente é a resultante entre receitas e despesas. Depois, vou ficar à disposição para perguntas e debates.

Começando pelas receitas, as receitas correntes acumuladas até o segundo quadrimestre – ou seja, de janeiro a agosto – somaram 34,4 bilhões, quase 34,5 bilhões, frente a 33,11 bilhões em 2016, um crescimento de 4,1%, lembrando que esse é um crescimento nominal. A inflação no período foi mais ou menos 3,5%; ou seja, estamos falando de um crescimento real entre 0,5% e 1% - crescimento real, acima da inflação. O crescimento nominal foi de 4,1%. Se a inflação foi de uns 3%, 3,5% no período, o crescimento acima da inflação foi em torno de 1%.

Esses resultados se comparam com 4,5% em 2016, que já refletem bem a crise econômica desacelerando as receitas. Em 2015, quando a economia – especialmente a economia de serviços – ainda estava firme, o crescimento foi de 12,6%. Tiradas as deduções, a gente chega a 32,8, que representa um crescimento de 4%.

As receitas de capital são as que estão sofrendo mais com a crise por diversas razões. As receitas de capital são receitas de transferências do Governo Federal para o Governo Municipal para fazer investimentos; por exemplo, o PAC. A gente sabe que, pela crise fiscal do Governo Federal, o PAC foi cortado fortemente este ano. Mas não só isso: as receitas de outorga, por exemplo, também são receitas de capital com atividade econômica fraca. As receitas de outorga recuam também de forma que as receitas de capital acumuladas até o segundo quadrimestre mostraram uma queda de 33% frente a 2016; ou seja, 646 milhões de reais.

Então, a receita total – colocando receitas correntes e receitas de capital – perfaz 33,5 bilhões. Comparada com 32,5 bilhões no ano passado, basicamente uma diferença de 1 bilhão de reais de incremento, o que representou um crescimento nominal de 2,9, ou seja, marginalmente abaixo da inflação no período.

Comparo também as receitas não só com 2016, mas frente ao que estava na Lei Orçamentária de 2017; ou seja, o que estava lá previsto no início do ano para ser auferido em receita nesse período – dois quadrimestres – comparado com 2017.

As receitas correntes foram de 32,8 após as deduções. Na LOA previa-se 33,3; ou seja, tivemos uma frustração de receita próximo de meio bilhão. E nas receitas de capital, uma frustração superior a 3 bilhões. Então, a despeito do aumento nominal que observamos nos dois quadrimestres deste ano frente aos dois quadrimestres do ano passado, esse incremento de receita ficou abaixo da inflação e ficou substancialmente abaixo do que estava projetado na Lei Orçamentária.

Isso é reflexo ainda da crise econômica, da conjuntura econômica do País, que afeta as receitas por, na verdade, dois lados. Primeiro, porque diminui a base de incidência do imposto. Com a recessão econômica, as empresas têm um faturamento menor, e, por terem um faturamento menor, acabam recolhendo menos impostos. Também afeta a inadimplência. A inadimplência do IPTU acaba subindo um pouquinho; a inadimplência do ISS e de outros impostos acaba subindo um pouquinho. A crise também afeta outros setores da economia como, por exemplo, a indústria, que afeta o ICMS. Vocês vão ver no próximo *slide* que das Receitas Tributárias, as que mais estão sentindo são as oriundas do Estado: IPVA e ICMS.

Este aqui passo rapidamente, são outras *quebras* de receitas, Receitas Tributárias, Contribuições, Receitas Patrimoniais e de Serviços. Pode passar.

O mais interessante é olhar para as Receitas Tributárias por tipo de imposto. O IPTU segue sendo o imposto com maior crescimento, não é o maior em arrecadação, a arrecadação do IPTU este ano; 6,4 é a segunda maior, perde para o ISS, mas em termos de taxa de crescimento - que está na última coluna - tem um crescimento firme, bom, de 10%, menor do que de 2016, parecido com 2015. O incremento no IPTU ainda reflete os ajustes feitos na Planta Genérica de Valores em 2013/2014 e, naturalmente, a inflação do período também proporciona esse crescimento ainda sólido na arrecadação do IPTU.

O ISS menor, mas já com algum sinal de recuperação frente o ano passado. O ISS teve crescimento de 3,6% em 2016; em 2017, 5,1%. Essa recuperação do ISS, na margem, ainda é tímida, mas reflete a Economia um pouco mais estável do que do ano passado, e os esforços que estamos empreendendo para melhorar a execução tributária do Município. Esse crescimento do ISS reflete os novos sistemas que estão sendo implantados, há algum tempo, não é só desta Gestão, mas também reflete fiscalizações que nós temos feitos, o programa Nota do Milhão, que são programas que ajudam a melhorar um pouquinho a arrecadação do ISS. Ainda não está brilhante, mas começa a melhorar.

O ITBI também firme, refletindo o mercado imobiliário.

Agora, descendo na tabela, dois impostos são importantes pra nós. Na verdade, são transferências do Estado: o ICMS, que arrecada 4,5 bilhões; e o IPVA que arrecada 2,1 bilhões, estão com desempenho mais baixo: ICMS com desempenho de 1,5, na verdade, já vem fraco há bastante tempo, o que reflete muito a crise econômica. Está um pouquinho melhor do que o ano passado em termos de taxa de crescimento, mas não é grande coisa, está bem ainda, bem abaixo da inflação; e o IPVA decepcionando, vinha com crescimento de 7,5; 5,5 em 2016 e este ano o IPVA está praticamente flat.

Essas são as histórias das Receitas, as Receitas estabilizaram este ano, estão começando a querer melhorar. Ainda não temos elementos concretos para dizer que a Receita está melhorando, mas pelo menos a estabilidade da Economia e os esforços empreendidos pela Administração Tributária dão perspectiva de que, gradativamente, especialmente no ano de 2018, vamos haver alguma retomada.

Ao lado das Receitas de Capital, em que houve aquela queda mais abrupta, mais forte, vemos quedas praticamente em todos os segmentos, exceto em alienação de bens e amortização de empréstimos, que são as rubricas menores: 17 milhões e 15 milhões. Mas chamaria a atenção para as Transferências de Capital, que ano passado foram 600 milhões; este ano, 436 milhões, ou seja, uma queda de quase 30%.

Dando dois exemplos de Transferência da Capital: o convenio com a Sabesp, que vai para o FMSAI – Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura; e as transferências do PAC, as grandes diferenças estão nessas transferências; e outras Receitas de Capital, principalmente as Receitas de Outorga Onerosa, como eu mencionei, a crise financeira, a crise econômica afeta esse mercado, esse segmento. Estamos vendo uma queda de 33% na arrecadação de outorgas. De forma que, no total das Receitas de Capital, a queda é de 33,3%, queda que já mencionei, e é a mais expressiva do ponto de vista das Receitas.

Falei das Receitas que, em suma, eu diria, mostra um quadro de estabilidade. Crescimento total perto de 3%, inflação ao redor de 3%. Estamos então com arrecadação real basicamente igual a do ano passado.

Diante desse quadro, é necessário fazer uma Administração mais profunda, mais detalhada do lado das Despesas para que Despesas e Receitas não desparelhem, e assim nós estamos fazendo. As Despesas Correntes estão com crescimento de 3,9%, na primeira linha, ainda apresentando um crescimento superior à inflação. Há segmentos da municipalidade que crescem baseados na inflação passada, principalmente os convênios, mas também a Previdência pressiona bastante essa tendência. Mesmo assim estamos conseguindo fazer crescer as Despesas Correntes menos do que o apresentado nos dois anos anteriores, de 7,5% e 12%, e 12%. Nos ajuda um pouco inflação caindo, mas a queda recente da inflação tende a afetar mais as despesas do ano que vem porque as despesas são reajustadas na virada do ano.

No final do ano passado, a inflação estava ainda em torno de 6%; 7%. Boa parte dos convênios e dos aluguéis foi reajustada baseada na inflação mais alta, e nós estamos conseguindo fazer essa administração.

As Despesas de Capital estão muito refletindo a queda forte nas Receitas de Capital que acabam sofrendo ajuste maior. Estamos com queda de 27% nas Despesas de Capital, de forma que o total geral das Despesas está com 1% de crescimento. Esse 1% de

crescimento nas Despesas nos permite equacionar, até agora, o fluxo entre Receitas e Despesas, desde o ano passado.

Abrindo um pouco as Despesas, estamos com Pessoal e Encargos crescendo 5,5% frente o ano passado, um crescimento menor do lado dos ativos, os ativos estão crescendo pouco, não temos feito concursos ou contratações. Em compensação, os inativos, que em parte tem uma dinâmica natural de envelhecimento do funcionalismo, geram aumento das pressões na Previdência, mas isso está acontecendo no Brasil inteiro. Olhando para outros entes nacionais, subnacionais, percebemos a mesma dinâmica, mas também porque parte do gasto com os ativos está indo pra inativos. Estamos vendo a aceleração das aposentadorias, não só pela questão demográfica, como também pelo debate da reforma da previdência que faz com que as pessoas queiram se antecipar à reforma, acabam se aposentando, o que mantém a taxa relativamente elevada. Estamos com uma despesa de 4,8 bilhões com inativos, um crescimento de 12% frente o ano passado.

Juros e Encargos, um crescimento de 10%. Tivemos uma queda substancial nessa rubrica nos dois últimos exercícios, fundamentalmente pela renegociação da dívida, pela bem-sucedida renegociação da dívida pela administração passada. Isso estabilizou e agora estamos vendo a retomada do crescimento de juros e encargos. Para frente, com a queda da taxa de juros, com a queda da inflação, a minha sensação é de que dará uma estabilizada. Agora, as outras despesas correntes, que envolvem tudo que não esses itens de cima – pessoal, encargos e juros –, com uma taxa de crescimento bem menor, uma gestão fiscal mais rígida, uma taxa de crescimento de 2,3%. Os convênios continuam – da saúde, da educação, da assistência social –, o ajuste tem sido feito em outras linhas, de forma que temos um crescimento de 3,9 quando acumulamos as despesas consolidadas, correntes.

Nas despesas de capital é onde o ajuste acaba sendo mais severo. Para manter as despesas correntes vivas – convênios, serviços, pessoal, folha –, o investimento acaba ficando sacrificado. Temos uma queda importante de investimento esse ano, quase 50% de queda;

Inversões financeiras estão subindo, mas correspondem a um valor pequeno; amortização de dívida voltou a crescer um pouquinho, 1,8. Isso perfaz um total de queda de 27,7%. Essas são as despesas de capital.

Com relação a restos a pagar, ainda vindo do exercício anterior, tínhamos 1,7bi de restos a pagar, pagamos 1,2, foram cancelados 490 – aqueles restos a pagar não processados, que o serviço não foi prestado, de forma que tinha a previsão, foi empenhado, mas o serviço acabou não sendo contrato, então se cancela os restos a pagar. Então estamos bastante equilibrados, com um saldo a pagar pequenininho. Ou seja, equilibrou pagamentos com cancelamentos, de forma que os restos a pagar, de 1,7 bi, vindos de 2016, estão plenamente equalizados.

Vamos para os resultados – dívidas e limites.

Fazendo com que receitas e despesas crescessem da maneira como eu apresentei, nós temos um orçamento apresentado de 54,7 para 2017. O que foi realizado de janeiro a agosto, na coluna do lado, 32,8 de receitas correntes; receitas de capital, 646; 33,5 de receitas totais. Do lado das despesas, 28,4 de despesas correntes, 2 de despesas de capital, perfazendo um total de 30,4. Temos, no período, um resultado de 3,1 bi positivo, que é um resultado importante. Isso porque o último quadrimestre, sazonalmente, é o quadrimestre em que se tem um resultado bastante negativo – tem que pagar 13º e outras despesas de final de ano –, então esse é um saldo que conseguimos fazer para fazer frente ao último quadrimestre, que é o quadrimestre de ajuste mais forte.

Do ponto de vista de resultado primário – aquele é o resultado total –, que não olha para as despesas financeiras, nós fizemos um resultado no primeiro quadrimestre de 4,3 bi positivo; no segundo quadrimestre, 270 milhões, ainda positivo, mas mais ou menos 0 a 0. Então temos acumulado, no primeiro e no segundo quadrimestres, um superávit primário de 4,6 bilhões. Então, quando excluo as despesas financeiras, e olho para o resultado primário, aquele 3,1, sobe um pouco, para 4,6, porque não tem as despesas financeiras. Vamos agora

analisar esse valor de 4,6 ao longo do tempo.

O que eu quero mostrar para vocês é sazonalidade quadrimestral da execução financeira da Prefeitura. Tradicionalmente, o primeiro é de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. Peguei só informações de cinco anos atrás, para não ficar muito apertado no gráfico, mas seria mais ou menos a mesma coisa de 20 anos atrás.

Primeiro quadrimestre é de forte superávit; o segundo quadrimestre é o zero a zero, que você fica ali no voo de cruzeiro; e o último quadrimestre é quando há uma quantidade maior de despesas e menor de receitas, já que não tem a receita do IPTU, por exemplo, que entra muito no começo do ano; no final do ano, só tem o mensal, e ainda não tem dezembro, porque são só 10 parcelas de IPTU. Então, tradicionalmente, o último trimestre é de forte déficit primário. Isso deve acontecer este ano também.

O primeiro quadrimestre positivo; o último quadrimestre, negativo; o quadrimestre do meio, zero a zero; e o ano acaba equilibrado.

Este é o mesmo gráfico do anterior, mas acumulando o quadrimestre ao longo do ano. Então, o primeiro quadrimestre é forte, o segundo quadrimestre não cresce muito frente ao primeiro. E no último quadrimestre do ano é quando há uma queda mais forte. Você pode ver que no ano de 2016 ficamos até marginalmente negativos, dada essa queda forte que há no período.

Esta é uma tabela mais contábil da dívida e caixa. Temos uma dívida consolidada de 45,5, sendo que é uma dívida contratual de 29,6 e dívida com precatórios de 15,8. É importante a dívida com precatórios, a gente sabe que há um debate a nível federal sobre prazos de pagamentos de estoques de precatório, então é o que está no nosso radar.

O Município de São Paulo, olhando o precatório dividido pela receita, provavelmente é o ente subnacional Estados e Municípios que têm o maior problema nesse caso. O Estado de São Paulo tem mais precatórios a pagar, mas tem uma receita muito maior. Então, precatórios divididos por receita, o Município de São Paulo provavelmente é o que tem

mais problema, especialmente porque esses precatórios são espalhados, não é um ou dois grandes precatórios.

Por exemplo, há alguns municípios ao redor de São Paulo, ou na Grande São Paulo, que têm grandes precatórios com a Sabesp. Então é mais fácil de equacionar. São Paulo, não, é uma cidade muito pulverizada, mais difícil de fazer esse equacionamento, mas estamos de olho. Os senhores podem ver que o estoque de precatórios caiu um pouco em relação ao ano passado. Isso faz com que a nossa dívida consolidada líquida do caixa esteja hoje em torno de 38 bilhões de reais, muito parecida com a dívida de agosto de 2016.

A comparação mais interessante de sazonalidade a longo tempo é com agosto de 2016, e não com o fechamento de 2016. Estamos com o nível de caixa bruto menor do que o de agosto de 2016: é uma dívida um pouco menor, de forma que a dívida líquida é mais ou menos parecida. Esse é o resultado nominal de 3,16 frente a uma meta da LDO de um resultado nominal de 3,3 para cima. Mas, de novo, lembro que o último trimestre é o mais complicado, com mais déficit. Então, ainda estamos olhando isso com muita lupa para não desviarmos da meta da LDO, especialmente do lado do Tesouro.

Na última vez que estive aqui, fizemos essa discussão: A meta é de resultado primário, então ela incorpora o caixa do Tesouro, os gastos correntes, mas incorpora também aquelas receitas vinculadas. Ou seja, há muitas receitas, especialmente de operações urbanas, que foram captadas nos últimos anos e tendem a ser executadas agora. Então, isso foi um superávit primário lá atrás, quando foi captado, e será um déficit primário agora, quando ela for executada.

Então, excetuando essas despesas vinculadas, olhando para o resultado do Tesouro mesmo, das disponibilidades, nós estamos bastante próximo do que seria a trajetória de atingimento da meta da LDO.

Só mostrando mais alguns números. Essa aqui é a meta da LDO, prevê uma piora no estoque de dívida, estamos com uma melhora até agora, mas volto a repetir: o último

quadrimestre é quadrimestre mais desafiador nesse sentido. Pode passar.

Em termos de dívida líquida é a mesma coisa. Já mostrei esse número, mas agora, em gráfico, estamos com uma execução de dívida menor do que a LDO, vamos ver como é que a gente vai passar por esse último trimestre mais apertado.

E aqui alguns múltiplos de referência, gastos totais com pessoal bem abaixo do limite máximo, limite prudencial, é preciso olhar esse número aqui com um grão de sal, como se fala, com certo cuidado, porque, principalmente na Saúde, como grande parte dos serviços são terceirizados, estão com as OSs, normalmente quando você olha para esses limites, eles tendem a incorporar esse pessoal que está em outros entes, esse pessoal são pessoas próprias da Prefeitura, como aqui isso é terceirizado, o certo, o ideal seria, para termos uma noção melhor de quanto eu gasto com pessoal, incorporar especialmente Saúde, Assistência Social e Educação, creches, nesse número, daí ficamos ainda abaixo dos limites, mas fica mais próximo, de forma que é importante tomar cuidado para a frente. Garantias de valores, limites definido pela Resolução do Senado de 22%, total de garantia zero, então estamos bem tranquilos desse lado e operações de crédito também muito baixo, temos limite para operação de crédito.

Temos limite se nós olharmos só para a dívida do Município com a União, que é o que sempre se olhou; na renegociação recente nos abre espaço para operações de crédito, é importante nesse sentido. Por outro lado, um parecer recente da PGFN, do Governo Federal, diz que você tem de olhar também para as dívidas com precatório, especialmente os serviços da dívida com precatório para olhar para esses limites. Quando incluo precatórios aqui fica bem apertado o espaço para operações de crédito, mas, de qualquer maneira, nós, e isso é algo recente, ainda estamos em discussão, acho que o espaço existe, tanto existe que nós mandamos recentemente um projeto de lei para a Câmara para que autorize o Município, depois de muito tempo, voltar a tomar operações de crédito.

Esse aqui é o gráfico da dívida consolidada, é isso que nos permitiu espaço para

operações de crédito, quer dizer a forte renegociação de dívida de 2015 e 2016 abre esse espaço. Foi importante nesse sentido, se o Tesouro Nacional passa a considerar precatórios fica uma dúvida, mas de qualquer maneira há limite para endividamento graças a essa boa renegociação de dívida que tivemos no passado.

Acho que esses são os números em geral que eu queria mostrar para vocês, passamos aqui por despesas, um pouco no detalhe, receitas também no detalhe. Estamos com uma execução orçamentária equilibrada, eu diria. Há muito custo fazer com que a despesa cresça apenas 1% em termos nominais não é simples, mas dada a restrição orçamentária que se apresentou, por diversas razões, é essa execução que estamos apresentando.

Fico, então, agora, disponível e aberto para perguntas, debates e comentários. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Vamos acender as iluminárias.

Presença da Vereadora Soninha Francine, por favor, compartilhe a mesa conosco. (Pausa)

Agradeço a exposição, e pergunto, Sr. Secretário, o senhor trabalhou num banco, vem de um banco.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Itaú? (Pausa) Itaú. Muito bem. E lá a lógica é guardar? É acrescentar valores, é isso? Estocar valores?

O SR. CAIO MEGALE - Num banco sim.

P – É, é que não tenho muito...

R – Podemos discutir isso num fórum mais adequado, mas entre outras coisas, é ...

P – Em manter...

R – Valores.

P – Manter um estoque razoável de valores, não é isso?

R – Isso.

P – E V.Exa. trouxe para a Prefeitura bem à risca o que é lógica da iniciativa

privada, e num banco.

R – Acho que eu trouxe à Prefeitura a importância de fazer uma gestão de caixa que permita-nos chegar até o fim do exercício. Como eu mostrei, boa parte do caixa que é acumulada ao longo do ano, é feito...

V.Exa. lembra da cigarra e da formiga, é mais ou menos parecido, quer dizer, na época do verão você tem de guardar para o inverno.

P – Certo.

R – E, aliás, as administrações anteriores fizeram da mesma forma para que as finanças...

P – Mas o inverno já passou.

R – Não nas finanças, tá certo? É que as finanças estão equilibradas.

P – Interessante é que fico satisfeito em estar numa cidade em que há uma austeridade financeira há alguns anos já, ou seja, uma responsabilidade, tenho dito isso desde o primeiro momento que conheci o Secretário Caio Megali, e dizia aos secretários anteriores que temos tido uma política de responsabilidade fiscal muito forte na cidade de São Paulo.

Eu faria aqui uma observação em que, e aí o Vereador Aurélio Nomura, que é Líder do Governo, vai contribuir também, assim como o Vereador Isac Félix, os Vereadores Zé Turin e Ota são aniversariantes hoje, então vamos perdoá-los pelo atraso, mas eles vão chegar. Estão comemorando. A Vereadora Soninha Francine esteve nessa comissão como membro até dias atrás.

A observação que eu faço é que poderíamos ter gasto já nesse período um pouco disso para que a população não sofresse tanto. Não poderíamos deixar os buracos triplicarem, quintuplicarem, na cidade de São Paulo, para que chegássemos a esse caixa razoável.

Evidentemente que poderemos ter aí um grande presente para a cidade de São Paulo que é sanear todas essas demandas: o mato que cresce demais e que vira uma capoeira, que nem dizia lá na minha terra, quando cresce muito; os buracos, que nós não

entendemos mais o que é uma avenida, se é um buraco ou uma avenida.

Então acho, eu que não sou tão eficiente, e não sou economista, sou um mero contador, um humilde contador há dez anos, que não exerce mais, mas não é o esse o momento do debate. Esse momento é de nós aqui, tenho muito cuidado de ter a hora certa de cada debate. Hoje o momento é trazer para cá, aquilo que se arrecadou e aquilo que se gastou. Tenho entendimento de que a Cidade de São Paulo, com toda crise, não diria que os Municípios são solidários, são muito responsáveis com essa Cidade. Os números oficiais dizem, No que diz respeito àquilo que cada Município coloca na Cidade de São Paulo, é um crescimento real. Né Secretário? Crescimento real com toda crise. Percebemos de que há crescimento em todos os setores. No IPVA tem crescimento ele não é na velocidade em que vinha sendo ou que a gente desejava. Ou seja, as finanças na Cidade de São Paulo, hoje estão em um grau de responsabilidade muito eficiente. Um estoque razoável.

Nós tivemos dois bi e 600 a mais do que o mesmo período do ano passado, sobrando. Mas porque arrecadou-se mais e gastou-se muito menos. Então esse é um debate quero fazer e a Cidade de São Paulo, sofreu. Sofreu. Suponhamos que façam todas as correções necessárias daqui para frente nobre Vereador Aurélio Nomura. Todas. Que os buracos sejam tapados, que o mato seja cortado, que tudo que foi tirado de custeio da saúde, educação seja refeito. Eu diria que a Cidade de São Paulo, durante nove meses, pagou muito. Porque as mortes aumentaram, os acidentes aumentaram. Os semáforos, o nobre Vereador Isac Felix, é situação mas teria muita tranquilidade em dizer quantos semáforos do Campo Limpo, até aqui V.Exa. encontra quebrado há muitos meses.

Faço uma reflexão de que isso é uma irresponsabilidade com cada munícipe. Não é que o dinheiro chegou agora. Ele vem chegando. O dinheiro tem. E nós fizemos uma grande obra, algumas obras de infraestrutura que foi algumas cachoeiras inauguradas no centro expandido da Nove de Julho, Ibirapuera e um campo de futebol e hoje dizem que não vai fazer grama. Isso é uma denúncia que quero fazer aqui. Os vereadores que atuam nessa questão,

ele chega em um determinado local, ele chega em um determinado local e fala: eu fiz uma emenda que não é mais de cinco de pés. Tem uma determinação do prefeito, se ele não vai fazer grama porque grama é cara. Falaram sim: não vai fazer grama é cara. Grama no Ibirapuera pode fazer. Que não seja permitido. Nós vamos fazer um debate profundo sobre essa irresponsabilidade do ponto de vista de investimento na Cidade de São Paulo. e que não seja um estelionato eleitoral. Porque eu sou, nessa comissão, e na tribuna sempre digo, quando eu discuto o modelo das privatizações eu jamais disse que é estelionatário eleitoral. Porque o Prefeito João Doria, na campanha eleitoral falou: eu vou fazer politica produção. Ok. Votaram desde o inicio. Eu sempre discuti os métodos, as concepções, e o conselho criado para cuidar disso.

Então queria fazer, não é um desabafo, mas uma colocação baseado nos números aqui colocados. Em que tudo se aumenta. Então chega de choradeira. Vamos parar de falar em crise. Porque crise no IPTU, no ISS, no ITBI não tem. Nem nas multas. Porque as multas diminuíram. Os valores aumentaram. A arrecadação aumentou. E as até as multas, eu fiquei sabendo, porque elas diminuíram. Porque é tanto buraco que o camarada é obrigado a diminuir a velocidade. É uma constatação.

Quero parabenizar os Secretários anteriores, no que diz respeito a austeridade com as finanças publicas da Cidade de São Paulo. Disse desde o primeiro momento. Agora quero denunciar, a irresponsabilidade de cada Município do Estado de São Paulo, sofrer nove meses, acumulando tragédias...

a irresponsabilidade de cada município do Estado de São Paulo, sofrer nove meses, acumulando tragédias para depois, agora, vir essa oferta! E aí a questão política a gente debate depois, o que cada um pretende, porque na cidade de São Paulo até hoje só teve um Prefeito que abandonou, do PSDB, chama-se José Serra. E um segundo que ensaiou abandonar a cidade de São Paulo, mas todos disseram lá atrás “não vou abandonar a Cidade”, então, esse estoque financeiro, se for um estelionato eleitoral nós vamos denunciar. Nós

vamos denunciar desde já.

A SRA. SONINHA FRANCINE – V.Exa. me permite, Presidente? Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tutto) – Vou permitir, assim que eu terminar minha colocação. Queria aqui, agradecer, fazer novamente um registro que o município de São Paulo não pode mais ficar ouvindo que tem crise, porque naquilo que diz respeito aos tributos da cidade de São Paulo e a não correção da planta genérica é uma demagogia política, porque o projeto aqui chegou, o pré-projeto e houve um recuo, mas esse presidente jamais falou que não tinha que fazer a correção, o Governo tinha esse entendimento, então é uma demagogia não fazer correção se é previsto por lei.

Então essa cidade de São Paulo, há mais de quatro anos, vem tendo uma responsabilidade, e foram aquelas condições criadas lá que permite hoje ter um caixa na cidade de São Paulo. Queria dizer, então, que estamos numa cidade com a política de dívidas caminhando bem, com uma possibilidade de crédito razoável, que eu também entendi que a renegociação da dívida não é aquilo que você paga, é a capacidade que você adquire de tomar emprestado. O Secretário aqui já sinalizou que, provavelmente, vem um pedido a esta Casa em que a Prefeitura pode solicitar (Pausa) Já está aqui, né? Dessa vez pode. Não podia no passado porque alguém tinha de cuidar dessa renegociação da dívida com muita responsabilidade.

Então acho que, nesse aspecto, queria fazer essas observações. Eu perguntaria ao Secretário se o projeto do LOA está para chegar na casa?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tutto) – Sexta-feira chega?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tutto) – Provavelmente já chega com um saldo... se pudéssemos já colocar esse saldo para provisão orçamentária do ano que vem também faria bem para todos nós, talvez não dê tempo de gastar porque estamos no final de setembro. Não

há mecanismos que façam você... não tem ata de preços na Subprefeitura, não sei se regularizaram, não há mecanismos que permitam investir esse ano. Aí vira incompetência.

A SRA. SONINHA FRANCINE – V.Exa. me permite, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então queria aqui permitir aos colegas, consultá-los se passo imediatamente a palavra para os senhores, ou ouvimos primeiro os inscritos nessa audiência pública. Eu poderia... as inscrições que me passaram aqui...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não tinha aberto as inscrições. Considero abertas as inscrições.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Então me inscrevo primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Na ordem, Vereadora Soninha Francine.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Presidente. Primeiro fazer uma ponderação. Eu tenho falado algumas vezes no plenário que a frase “dinheiro tem” não é verdade só porque está escrito no Orçamento. O Orçamento pode ter uma receita superestimada e uma despesa subestimada e foi isso que aconteceu do ano passado até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – V.Exa. me permite uma observação: o dinheiro tem.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Tem não, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não é previsão orçamentária

- Manifestações concomitantes ao microfone.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Vereador, o Orçamento previa até essa altura que já teríamos arrecadado 37 bilhões. Foram arrecadados 33. Então aumentou a receita em relação ao ano passado, mas essas Câmara disse, e distribuiu, ali no papel, foi um montante de 37 bilhões. Ou seja, o que foi arrecadado, embora seja maior do que do ano passado, é 3 bilhões menor do que o que foi previsto. E, além disso...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Na oportunidade, vou dizer a incorreção que

V.Exa. está fazendo.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tutto) – V.Exa. está confundindo com transferência de valores.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tutto) – E eu quero só reafirmar que estou discutindo aqui aquilo que é receita e que o município paga direto.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Isso. Não, estou falando...

- Manifestações concomitantes ao microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tutto) – Não é transferência Vereadora Soninha Francine. V.Exa. está cometendo um erro de origem.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Vereador, segundo o Orçamento, aprovado nesta Casa para este ano, com a divisão proporcional, é até agosto já teríamos de ter arrecadado 37 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tutto) – Fale com o Governo Federal ou Estadual, porque o município pagou a mais!

- Manifestações concomitantes ao microfone.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Presidente, se V.Exa. comparar a previsão orçamentária e a receita arrecadada nos últimos cinco anos, a previsão...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tutto) – IPTU, ISS e ITBI!

A SRA. SONINHA FRANCINE – Presidente.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SONINHA FRANCINE – A previsão orçamentária aprovada nesta Casa nos últimos cinco anos foi muito maior do que a receita realizada, então, costumeiramente, esta Casa prevê uma receita que é muito maior do que o se confirma no final do ano e isso aconteceu novamente! A Casa previu um Orçamento, uma receita maior do que a receita

prevista no ano passado. Mas até a receita prevista no ano passado já foi muito maior do que a receita realizada.

E eu quero fazer, além dessa primeira observação, o Secretário na outra apresentação, ele trouxe as despesas classificada em rígidas e menos rígidas, e tinha detalhado naquela ocasião a compensação tarifária, que, no primeiro quadrimestre, já tinha sido 23% maior do que no mesmo período do ano anterior. E o Orçamento aprovado nesta Casa foi de um subsídio menor, este ano, do que o que foi pago no ano passado. O ano passado foi 2 bi e tanto e Orçamento daqui previa 1.7 bi, quer dizer, como se fosse diminuir o subsídio e, na verdade, em quatro meses ele já tinha aumentado 23% em relação ao mesmo período anterior.

Então saber se o Secretário trouxe esses dados. E uma outra despesa rígida aqui que me chamou muito a atenção na última apresentação foi o do contrato com as Organizações Sociais e essa, sim, foi uma promessa de campanha, da qual o último Prefeito abriu mão ao longo da gestão, porque ele disse que ia acabar com os contratos de OSs, tanto quanto possível e, na verdade, teve um aumento significativo de despesas com Organizações Sociais, acho que de 13 para 14 e de 14 para 15, um aumento bem substancioso.

E, aqui, Secretário, na hora de... no slide número 11, quando o senhor demonstra a evolução das despesas, desde 2014, ano a ano, Pessoal e Encargos teve um aumento de 12.8% de 2015 para 2016, e Outras Despesas Correntes tiveram um aumento de 17%. E ainda saber se o senhor tem aqui uma relação de quais seriam essas outras despesas correntes que aumentaram tanto de 15 para 16.

Estou vendo aqui que inclui despesas com Auxílio Transporte e Alimentação, mas haja vista que o próprio Pessoal e Encargos não aumentou tanto assim, então correspondentemente, não foi esse o maior peso de aumento de Auxílio Transporte e Alimentação. Então se o senhor teria essa relação dessas outras despesas correntes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereadora. Vereador Aurélio

Nomura?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Secretário, sobre?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos responder. Eu consultaria, o Secretário quer responder especificamente a pergunta da Vereadora Soninha Francine, ou aguarda ouvir as....

O SR. CAIO MEGALE - Não, deixe eu responder, até porque ela tem de sair.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Perfeito.

O SR. CAIO MEGALE - Rapidamente aqui, primeiro comentário sobre a frustração de receitas, as frustrações de receitas elas são de toda ordem, de transferências e também de impostos e contribuições. Impostos e contribuições até agosto teve uma frustração de receita de R\$ 500 milhões, que faz bastante diferença na execução orçamentária.

Neste slide número 11, nós temos um aumento de 17% das outras despesas e elas estão concentradas, infelizmente, não trouxe aquele quadro de despesas rígidas em não rígidas, mas estão concentradas exatamente nesses pontos que você comentou, que são os convênios. Por que estão concentradas nos convênios? Porque os convênios são reajustados pela inflação e normalmente um pouquinho mais, e a inflação nos últimos anos rodou em torno de 11%, 10%. Então isso fez com que esses convênios todos, são basicamente as OSs da saúde, os convênios da assistência social e as creches, esses terceirizados, que cresceu significativamente. Cresceu porque os serviços cresceram e também porque a inflação foi jogando essas despesas para cima, elas são muito rígidas. Elas não são constitucionalmente rígidas, não é como a previdência, que não tem alternativa.

Eu incluiria ali também lixo e varrição, a limpeza urbana, que também é contrato, contrato de longo prazo reajustado todo ano pela inflação. Lixo e varrição, esse ano, nos contratos da Amlurb, estão crescendo 10% em termos nominais, este ano, a inflação está 2%,

está crescendo 10%. Então esses contratos tomam um pedaço grande da interpretação.

Eu tenho aqui um slide, o último do anexo. Os últimos dois slides. Esse slide mostra despesas, tirando pessoal, da saúde, educação, assistência social, subsídio do ônibus, que é outro que cresceu fortemente nos últimos tempos, e os inativos. Eu comparei com o crescimento das despesas correntes, nos últimos quatro anos o crescimento foi de 83% dessas despesas contra 33% da receita. Na verdade, eu peguei dos últimos quatro anos, mas poderia ter pego dos últimos oito anos não ia mudar muito. Aqui é o passe-livre e a inflação corrigindo. Então é mais do que isso, é o passe-livre, é a gratuidade dos idosos para ônibus e também fraude no sistema de ônibus, que cresceram.

Mas, de forma geral, esse aqui é o custeio da prefeitura que vai tomando conta das receitas e essa tendência, acho que ela está diminuindo um pouco, mas ela continua ainda no curto prazo, ou seja, essa dinâmica aqui que acho que é a dinâmica principal que a Vereadora tinha mencionado.

O slide anterior. Esse aqui é o caixa. O Vereador tinha falado que não consegue gastar tudo de uma hora para outra. Peguei aqui o caixa bruto, média 2016-2014, ou seja, não coloquei 2017, peguei os últimos três anos, olha como o caixa enche bem durante o primeiro trimestre, se estabiliza ao longo do tempo e olhe aqui os últimos dois meses, especialmente novembro e dezembro são dois meses em que o caixa tem uma queda bastante forte.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ele vem assim, agora o risco é ele fazer assim.

O SR. CAIO MEGALE – Essas é a dinâmica que acontece sempre no último trimestre, que é o inverno que eu mencionei.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas tem uma escada ali, tem degraus.

O SR. CAIO MEGALE – Esses degraus na verdade é o pagamento da folha e a arrecadação. Nós estamos guardando esforços para chegar no final do ano sólidos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador Aurélio Nomura e Vereador Isac Felix.

Nós temos dois inscritos ou ouviremos os dois inscritos da galeria.

Tem a palavra o Vereador Isac Felix.

O SR. ISAC FELIX – Bom dia a todos. Vereador Jair, tudo bem? É só para conversar com o Mário só para rever essa situação, Vereador Jair. Se tiver quórum nós vamos ter que abrir.

Bom, você fez algumas observações em relação ao governo anterior e da forma como o governo atual encontrou a cidade. O Secretário Caio, por conhecer muito de finanças, ele encontrou uma casa que precisava de reforma. É, mais ou menos, como quando compramos uma casa e o proprietário fala para nós: “Olha, a casa está assim”, quando você começa a mexer você vê que tem buraco, problema para tudo quanto é lugar, a situação é crítica. Então o orçamento... E fala assim: “Com x você consegue reformar essa casa”, com determinado valor, e você começa a gastar e vê que não consegue. E tem algumas coisas na Cidade que são prioridades, que nós estamos investindo na questão da saúde, da educação.

No começo do governo foi discutido aqui nessa...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tato) – Permita-me. Vereador Atílio Francisco, membro dessa Comissão.

O SR. ISAC FELIX – E nós encontramos, o Caio veio aqui há uns meses, e falou do déficit que nós encontramos na questão da educação e que tivemos que fazer uma substituição, um remanejamento dos recursos para que nós pudéssemos cumprir com a educação. E ele tem feito isso. Agora, nós tivemos grandes problemas que nós gastamos muito, Vereador Jair, e quando V.Exa. fala da periferia, eu sou Vereador da cidade de São Paulo e gastou muito na periferia, que também foi gasto muito dinheiro com as chamadas ciclovias, muito, e que eu, por atuar, o meu partido, na época, atuava na base do Governo e criticava também isso. Então se gastou muito em coisas que foram supérfluas e que até hoje não deu resultado para a cidade. E quando o Prefeito João Doria, em sua campanha eleitoral, colocava a questão das concessões, das privatizações, deixou claro, e nós temos na Cidade muitos elefantes brancos que precisam ser passados para a frente mesmo. Eu acho que com

responsabilidade, com transparência, eu sempre cobrei isso. Muitos de vocês acompanharam, eu consultei o Tribunal de Contas sobre essa questão do Anhembi. Agora, também, onde serão investidos esses recursos? Nós vamos acompanhar, não é Bispo Atílio, onde vai ser investido esse recurso.

Quero dizer ao Secretário Caio, também, essa questão, por exemplo, as Prefeituras Regionais hoje, eu não sei se essa semana estão acompanhando, mas acho que essa semana também não, a situação das atas. As Prefeituras Regionais hoje trabalham com as atas, empenho de preços. Não temos... Emenda Parlamentar é outra coisa que estamos cobrando do Governo. É uma vergonha, o Prefeito Regional, em qualquer uma das Prefeituras Regionais que nós vamos, os prefeitos ficam loucos atrás da gente pedindo: "Manda emenda para mim; manda emenda para cá", mas mesmo assim não temos emendas.

Então, Caio, por favor, da aquela canetada que você conhece, sabe onde está esse dinheiro para nós.

É só isso, Vereador Jair.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Isac Felix. Convido o Vereador Atílio Francisco para a mesa, pois é membro da nossa Comissão.

Passo a palavra par ao Líder do Governo, Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar os Vereadores presentes, cumprimentar o nosso Secretário que sempre comparece. Aliás, é o Secretário que mais comparece na Câmara Municipal, se nós levarmos também em consideração a gestão passada. Na Gestão passada o Sr. Secretário gostava de fugir. S.Exa. não comparecia de medo de fazer e prestar os esclarecimentos. Não quero dizer que é uma vergonha, mas, no mínimo, é uma falta de compostura e um desprestígio com relação à Câmara Municipal.

Nobre Vereador, meu grande amigo, Jair Tatto, é uma pessoa extremamente inteligente e ele sabe manipular muito bem as suas palavras. Ele vem agora, dentro de sua posição, impingir a esta Administração, que mal chegou, todos os males que foram

ocasionados pela Administração passada.

É bom que se diga que, ao término da Gestão anterior, a Gestão Haddad deixou 7,5 bilhões de déficit, e desde que eles perderam as eleições, não pagaram e cancelaram e não renovaram, não fizeram nenhuma licitação com relação à zeladoria da Cidade. Isso mostra o descaso que a Administração petista teve com relação à cidade de São Paulo. Perderam as eleições e ficaram de mal com a população da cidade de São Paulo. Essa é uma realidade. Deixaram em “Restos a Pagar”, e o que estamos ultimando, inclusive, porque impõe, dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, algumas ações contra o Prefeito, porque isso configura – eu acredito –, um crime de responsabilidade. Deixou-se em “Restos a Pagar” mais de 2 bilhões de reais.

O nobre Vereador Jair Tatto falou da enorme quantidade de buracos que nós temos na Cidade, mas é bom entender e lembrar que, na Administração do Prefeito Haddad, a usina de asfalto foi paralisada. Aprovamos uma CPI e precisamos retomar a questão desta CPI. E digo mais: o próprio Tribunal de Contas comprovou que 70% das obras realizadas na Administração de Fernando Haddad foram reprovadas e precisam ser refeitas. É importante nos lembarmos desse dado.

Em setembro de 2015 e em fevereiro deste ano, o Tribunal de Contas realizou uma auditoria e foram analisadas 30 amostras de asfalto das regiões da Freguesia do Ó, Brasilândia, Casa Verde, Vila Maria, Vila Guilherme, Penha, Itaquera, Ipiranga, Capela do Socorro, Campo Limpo. Por incrível que pareça, nenhuma das amostras atendeu os requisitos necessários, como o índice de compactação. Os índices ficaram abaixo do aceitável. A qualidade da massa asfáltica foi dada como inadequada. O índice de deformação ficou fora as especificações. É isso.

Por isso que estamos falando hoje que esta cidade está cheia de buraco. Está cheia de buraco por erros da Administração anterior, que não ligava para a qualidade da cidade de São Paulo.

Inclusive, volto a falar, o próprio Tribunal de Contas reprovou 70% das obras feitas na Administração anterior. O Tribunal de Contas, eu acho que, inclusive, deveria se levantar, quem era a responsabilidade, porque isso configura um crime de responsabilidade. Tem de se apurar.

Agora, não é verdade, nobre Presidente, que esta Administração está deixando a Cidade cheia de buraco. A Administração anterior é que deixou. Jogar, agora, nas costas desta

atual Administração tudo que não foi feito na Administração anterior é uma vergonha, é um absurdo. Não podemos levar em consideração esse disparate.

Eu acho que, na realidade, eu ouvi atentamente V.Exa. também citando a questão que diz respeito à assistência social, que a Administração anterior gastou muito, muito mais. É pena que eu consegui reproduzir, aqui, o que nós fizemos de levantamento. Mas eu tenho a comprovação desde que 2013 nós gastamos igual. A comparação que foi feita, foi feita em cima de o orçado que não é realizado. Não foi gasto dinheiro, foi só orçado. É isso que nós precisamos olhar.

Então, eu acredito que nós precisamos colocar os pingos nos is. E é importante, também, nós lembremos..., eu ouvi a posição do nosso Secretário com relação à questão dos créditos adicionais. É bom que se diga que, na Gestão anterior, se contraiu créditos adicionais em aberto, sem a devida cobertura legal, no valor de 33 milhões. Incrível que o Tribunal de Contas, para onde eu já mandei inúmeras questões pertinentes a isso, responda que é uma coisa insignificante, que não se deve levar em conta. Trinta e três milhões a descoberto e não vale nada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tato) – Vou suspender a audiência pública para abrir a reunião ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento.

Retomo a audiência pública sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu tive de interromper a palavra do nosso Vereador Líder do Governo, Aurélio Nomura, e prometo, então, a conclusão de V.Exa.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado, Presidente.

Bom, só para finalizar. Isso foi alvo de uma discussão aqui, da Comissão de Finanças e Orçamento, tanto que não foram votadas as contas do Prefeito.

É importante que a declaração de voto, com relação a essa questão, e eu gostaria de lembrar que o Conselheiro Domingos Dissei falou exatamente dessa questão. Ele disse que, dentro das contas que foram levadas em consideração, e por isso foi precedida a abertura de créditos tradicionais, voltou a falar, em um valor de 33 milhões, sem a devida cobertura fiscal, ele infringia a Lei da Responsabilidade Fiscal. Na realidade, o que aconteceu? Deveriam ser excluídos, dentro do superávit financeiro, os depósitos judiciais que tinham sido levantados pela auditoria do Tribunal de Contas.

Agora, nos causa surpresa a manifestação e a reiteração do Conselheiro, falando que, na realidade, 33 milhões é um valor inexpressivo em termos de impacto fiscal. E que essa

infringência, ou seja, a desobediência da lei, tem de ser aceita.

Era isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, nobre Vereador Aurélio Nomura. O nobre Vereador Antonio Donato também fará uso da palavra. Nós temos duas inscrições. Se me permitirem, eu passarei a palavra para os dois inscritos e, depois, voltarei para as falas da Mesa.

O primeiro inscrito é o rapper Pirata.

O SR. PIRATA – Só fazer a crítica que ainda quero participar de uma audiência pública que seja o que tem de ser: a audiência pública que fala e que ouve, porque fica um debate que, às vezes, é furada.

Agora, Caio Megale, o futuro com o passado se consolida no presente. Não há crise. Qual o preço da cultura com essa crise?

A sensação que eu tenho, em relação à sua fala, defendendo o Orçamento, é procurar a crise. Só tem aumento de arrecadação, mas fica procurando ônus para justificar o discurso que na crise etc, etc, etc. Mas está provado, com crise no Brasil, de Temer, em São Paulo o Orçamento está suave. E, aí, está mais suave porque, até agosto, 27% não foi gasto na área da Cultura. E, aí, discuti Cultura, estou discutindo 0,0 alguma coisa e outras denúncias que você traz, também. Para você falar do negócio, você fala: “Mas, aí, tem de falar dos funcionários das OSs”. O seu discurso prova que OS é ruim para o Estado. E, aí, eu acho ruim quando a gente vai buscar: “Ah, mas vamos discutir, agora, o que é gratuito. É gratuito o transporte público”. Qual é o preço de não gastar o dinheiro? É a não realização da política pública da Cidade. E, aí, é direito ao pessoal da escola ter transporte público gratuito. É direito do idoso. É direito. O que não é direito é quase todo o dinheiro do transporte público ir para essas empresas. Por que a gente não começa a mexer com esse dinheiro lá? Isso, ninguém quer. E, aí, a gente está falando de 33 bilhões!

Outra coisa que eu acho muito louca também: defendendo o Orçamento, aí pega lá 1970, para justificar o aumento. Só que o discurso não funciona. Aí, depois, pega lá no discurso também: “Ah, vamos pegar o que vai pagar amanhã”. Tipo assim, aumentou, mas no final do ano eu tenho de pagar. É óbvio que tem de pagar. Não tem uma estratégia só? O Serviço Social tem o número de OSs. Já vai gastar esse dinheiro. Tem de pagar aluguel, etc. Isso é organizado. Só que a gente tem de ficar nessa coisa do lucro de 1%, 3%. Só que, agora, tem o lucro, e há três bilhões aí. Aí estão vendendo a Cidade, mais um bilhão. Já são quatro

bilhões. Para onde vai esse dinheiro e qual é o preço disso? O preço, a área da cultura foi prejudicada. Esse é o preço. Serviço social são seres humanos, que estão sendo prejudicados. Qual é o preço na área da Educação na cidade de São Paulo? Eu não quero saber os discursos do governo passado. É um debate furado. Sabem por quê? Está lá o prédio caindo em pedaços, e prometem: “Tira esse pessoal, que eu vou organizar esse prédio”. Aí todo mundo deu dinheiro para arrumar o prédio, mas não gastam dinheiro para arrumar o prédio e ficam falando que, no ano passado, esse prédio não foi reformado. Mas não foram eleitos para reformar o prédio? Por que não reformam o prédio então? Por que ficam falando do passado? O debate é o dinheiro público. Foi falado aqui: “Eu, como cidadão, paguei os impostos para a política pública, não para o lucro do Estado”.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tattó) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Presidente da confederação sustentabilidade do trabalho, dos empreendedores e empreendedoras da cidade de São Paulo, que é Co-São Paulo empreendedorismo. Eu vou fazer três perguntas aqui para o Sr. Secretário. Uma delas é a seguinte: A cidade de São Paulo, em 2016, teve o PIB atingindo cerca de 568 bilhões. A Cidade contribui com quase 40% do seu PIB para o Estado de São Paulo e quase 12% agora para o Governo Federal. É um verdadeiro absurdo, porque, no orçamento, não é debatido o PIB da cidade de São Paulo.

Eu acho que tem que dizer, vamos dizer, o Sr. Geraldo Alckmin... Não dá para a cidade de São Paulo contribuir com 40%, porque depois nada vem para cá, mas sim com 15%, 16%, porque aí está faltando políticas públicas na área da Cultura e na área da Saúde. Estão faltando creches na cidade de São Paulo e a mobilidade urbana vem, a cada vez mais, degradando-se aqui na cidade de São Paulo. Então, essa é uma das ações.

A cidade de São Paulo aqui é vítima. Vou puxar o Sr. Maluf. Ele era Prefeitura da cidade de São Paulo. Eu estava na Europa, morando em Portugal, mas eu ficava uma semana aqui na cidade de São Paulo. Quando o Sr. Maluf, assumiu a Prefeitura da cidade de São Paulo, São Paulo deveria(?) três bilhões. O que o Sr. Maluf fez, além de desviar o PIB da São Paulo? Desviava cerca de 8%. Ele pegou o dinheiro emprestado, mais de 40 bilhões para

pagar os precatórios, o que ele fez com a máfia que estava implantada aqui na cidade de São Paulo. Desviou o dinheiro, roubou esse dinheiro e não pagou os precatórios. São Paulo deve 55 bilhões e paga mais de 3 bilhões de juros. É um verdadeiro absurdo. É um dinheiro que foi roubado da população está pagando o preço e as políticas públicas aqui São Paulo.

Tenho outra pergunta. São Paulo tem quase dois bilhões de desempregados e de janeiro para cá, cerca de 40 mil, 50 mil postos, em São Paulo, perderam-na. Na lei, nas audiências públicas de lei de ocupação de solo, e PDL, eu apresentei a tese de levar as empresas para os bairros, com isenção de impostos e investimento de infraestrutura. Uma das perguntas é: "Qual é o projeto que o Sr. Doria tem para recuperar o parque industrial e desenvolvimento econômico aqui da cidade de São Paulo? A outra pergunta é também sobre a lei de uso e ocupação de solo. Eu apresentei a tese, que está na lei, que foi a constituição das cotas ambientais. Eu não vou debater tecnicamente, mas, ao ser implantada, vai contribuir para a diminuição do aquecimento global, vai criar micro clima e vai diminuir os ruídos dos ônibus e dos automóveis na cidade de São Paulo, e com a criação dos jardins verticais. A pergunta é: Os jardins verticais que estão sendo instalados aqui, no Governo Doria, estão sendo financiados pelo orçamento público aqui dos municípios ou está sendo influenciado pela iniciativa privada? Esse projeto o Governo Doria vai levar até os bairros ou vai ficar só aqui nos Jardins, aqui na área Central?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tato) – Tem a palavra o nobre Vereador Antonio Donato.

O SR. ANTONIO DONATO – Obrigado, Sr. Presidente. Em seu nome, cumprimento todos os Vereadores presentes, e, em nome do Sr. Secretário Caio, todos os gestores presentes. Cumprimento aqueles que compõem essa audiência pública. Eu queria fazer algumas observações. Infelizmente eu tinha um outro compromisso. Eu não sou desta comissão. Eu não consegui chegar a tempo. Eu ouvi do meu gabinete um pedaço das falas da Sra. Soniha e do Sr. Isac e agora ouvi a eloquente fala do Sr. Líder do Governo, Vereador

Aurélio Nomura. A primeira coisa que eu tenho a falar para esses Vereadores da base governista é que V.Exas. ganharam a eleição há um ano, dia 2 de outubro. Na semana que vem, faz um ano que V.Exas. ganharam a eleição, e V.Exas. ainda estão discutindo o Governo Haddad. Quem ganha a eleição tem que governar, tem que resolver os problemas e não ficar jogando a conta para o passado. Esse ajuste de contas já foi feita na eleição. Então, o Vereador Aurélio Nomura fez um discurso aqui com uma série de dados imprecisos. O resto a pagar era da ordem de 1,3 bilhão e o Governo Haddad deixou 1,8 bilhão em caixa. Portanto, o Sr. Secretário pode confirmar os dados. Então, não vale isso. Vamos dar os dados corretos, primeira coisa. Segunda coisa, o Vereador Isac foi na mesma linha, falar de ciclovia. S.Exa. fica falando de detalhe do orçamento. O orçamento é 50 bilhões. As ciclovias talvez custassem 50 milhões, 0,01% do orçamento. Então, vamos discutir o que é para valer. A Vereadora Soninha, o Vereador Jair Tato procurou precisar, mas V.Exa. confunde conceitos. Não há 3 bilhões de rombo no orçamento. Aliás, eu ouvi rapidamente a demonstração da Secretaria, que é clara nisso na receita consolidada. Quanto às receitas correntes, aqui se fala de uma diferença de 464 milhões a menos, considerando que o ISS está se recuperando. Eu acho que a receita corrente vai chegar, em dezembro, bem alinhadinha com o previsto. Receita de capital é outra coisa. Têm que colocar, no orçamento, por exemplo, o convênio para duplicar os M'Boi Mirim, que são 200 milhões de reais. Isso tem que está previsto e ter um convênio assinado, só que esse dinheiro não veio para o Sr. Haddad e não vai vir para o Sr. Doria, mas tem que estar no orçamento, porque a gente tem que batalhar por esse dinheiro. Então, quando se fala em receita de capital, quando ela não se realiza, não se realiza para aquela dotação. Ela não contamina o resto do orçamento. Então, há de se falar nesse déficit de três bilhões, até porque nós vamos ter, na semana que vem, o orçamento da atual gestão. Eu quero ver como ele vai ser, porque aí vão ser desmascaradas muitas das conversas que a gente escuta aqui nos corredores, porque aí não há a desculpa que o orçamento da gestão anterior, é o orçamento desta gestão.

Sabemos que o orçamento segue uma lógica porque eles são feitos por técnicos de carreira, evidente que tem decisões políticas, mas a estrutura do orçamento é mais ou menos igual sempre. Então, jogar a culpa no orçamento anterior é pequeno para esse debate.

Feita essas observações e também voltando a história de que é necessário governar, o Secretário Caio Megale fez - eu vi rapidamente pela TV, um gráfico do aumento do custeio de algumas dotações importantes. O subsídio vem crescendo e aí tem um debate enorme para ser feito de que tamanho é o aporte do conjunto do esforço da arrecadação da população para subsidiar uma política. O subsídio veio crescendo, mas ele cresceu muito nesta gestão por conta do congelamento da tarifa, que é uma promessa eleitoral. Cada 10 centavos da tarifa são 150 milhões. Se não se aumentou 40 centavos, 50 centavos, 60 centavos, multiplique, você comprometeu o orçamento, pressionou outras áreas em 600, 750, 900 milhões. Essa é uma decisão política que foi tomada pelo Prefeito. Então, tem de assumir as decisões que toma e não jogar para os outros.

Outro assunto: Iprem. O Iprem tem uma curva crescente que é preocupante. todos sabemos. Eu vi um artigo do Secretário em que ele fala que a proposta do Sampaprev era tímida, apresentada pelo Haddad. Realmente, tinha um debate todo, tem de ter um debate com sindicatos. Agora, estamos em outubro. Qual a proposta do atual governo para esse problema ou a gente vai ficar olhando ele crescer? Qual é a ação do Governo? Isso é governar e é difícil governar, não é fácil, tem de tomar decisão. Agora, fazer política, jogar para torcida, fazer campanha eleitoral e ir embora, não corrigir a PGV, que é um crime contra Cidade não corrigir a PGV. Acerta nas alíquotas, acerta nas travas, mas a PGV correta é uma necessidade da cidade.

Não fazer a PGV, isso foi fruto de uma CPI. Em 2009, fui relator da CPI do IPTU. Lá que nós propusemos que a revisão da PGV fosse periódica, garantido em lei, porque o governo começa a jogar com a torcida e não faz política pública correta, responsável. Se não quer aumentar o IPTU, é fácil de não aumentar: calibre nas alíquotas, mas a PGV tem de ser

atualizada.

Agora, em quadro de restrição orçamentária como a gente tem, você renunciar receita parece um pouco irresponsável.

Falou-se do lixo e de varrição: cresce 10%, é corrigido pela inflação anterior, é tudo verdade. Mas o que foi feito? Qual o contrato foi renegociado? Falou-se no começo que iria renegociar, cortar 20% e 30%. Onde cortou? Mostrem-me onde cortou. Estamos em outubro. Onde cortou? Aí é ação de governo. Onde renegociou? Onde cortou a gordura, se tinha, e onde cortou o serviço? Então, é isso que a gente tem de discutir se não fica fácil, porque com os barões não se corta nada, mas daí na assistência social faz o que você fez, uma tensão enorme em toda a rede de convênio da Assistência Social, convênio de 100 mil reais por mês, 50 mil reais por mês, mas um bilhão para o lixo, bilhão para o transporte isso vai indo sem tensão nenhuma e quem paga a conta são os convênios.

Esse debate, eu quero fazer. Por fim, quero falar da herança bendita porque aqui só se fala da herança maldita, suposta herança maldita. A herança bendita: a renegociação da dívida, além de diminuir 1 bi, que pagamos de juros – pagávamos 4 e agora pagamos 3 – ele abriu um espaço que, até agora, eu não vi o que o Governo vai fazer. Aliás, com o que eu vi, eu me espantei. Abre espaço de endividamento, e pedir crédito, de ir atrás de recurso para a Cidade. Dava para cobrir esses 3 bi, de receita de capital, com o endividamento.

Agora, o que eu ouço o Prefeito falar: “Vou pedir 1 bi para o BNDES para fazer recapeamento”. É uma vergonha pedir dinheiro para manutenção, dinheiro desse tipo. Se o BNDES der o dinheiro, aí, de fato, fecha a porta de tudo, porque não tem sentido. É o Bando de Desenvolvimento, de projetos estruturantes, de projetos importantes, que podem alavancar, inclusive, renda na cidade de São Paulo, emprego. E temos de tratar isso com mais seriedade. E, até agora, eu não vi qual é a política do Governo para isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tutto) – Obrigado, Vereador Donato.

Eu só queria, aqui, fazer uma observação. Reafirmo que a Secretaria de Finanças da Fazenda do Município é extremamente competente. O Caio é o Secretário mais competente

do Governo Doria, porque a função dele é administrar e arrecadar, e ele arrecada bem. A incompetência está com a incapacidade de gastar.

Então, eu quero, aqui, reafirmar que é dinheiro entrando e o povo sofrendo durante nove meses. É uma lógica simples. Por que, conforme o dinheiro entra, não se vai gastando? O tapa buraco é uma coisa que citamos. O mato que cresce... Mas questões estruturantes.

O SR. ANTONIO DONATO – São dez meses sem contrato, Nomura, dez meses, e você põe a culpa nos outros?

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

O SR. ANTONIO DONATO – Se o contrato está mal feito, se está mal desenhado, então tem de parar, mesmo.

Nomura, você está mal informado. O contrato do Recape já foi liberado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tutto) – Fazendo objetivamente a pergunta, quatro perguntas rápidas ao Secretário e, aí, já passo a devolutiva. Quero saber se o Secretário confirma que o IPTU, comparado ao período do ano passado, teve uma variação de 10,6; se o ITBI teve 9,4% a mais; se o ISS teve 5% a mais; o Imposto de Renda dos funcionários, que é deixado aqui, houve uma evolução de 15%; as multas de trânsito aumentaram 27,5%? Quero saber se V.Exa. confirma esses dados.

E reafirmo: aquilo que cabe ao município, as receitas aumentarem com valores reais e exorbitantes na cidade de São Paulo. Aquilo que cabe, de repasse do Governo do Estado e do Governo Federal, evidentemente também não deflacionou, não cresceu de acordo com o ritmo da inflação, que é a menor parte. E eu pergunto se, de fato, só analisando os dois quadrimestres, temos 3 bilhões e 115 milhões a mais, guardados para o futuro?

Essas são as minhas perguntas.

Eu passo a palavra para o Sr. Secretário Caio Megale.

O SR. CAIO MEGALE – Vou direto às respostas.

Farei alguns comentários rápidos, aqui, sobre as perguntas e os comentários colocados, começando de trás para frente.

Entre as linhas de receitas correntes, têm as receitas que sobem mais, as receitas que sobem menos, como eu mostrei aqui. O total das receitas correntes cresceu 4,2%. Isso representa uma variação real de 0,3%. Ou seja, as receitas cresceram o que cresceu a inflação. A grande parte das despesas do Município, por contratos, foi em torno de 1%, dependendo de quando você pega a arrecadação. Aqui, eu tenho o número correto: é 0,3.

Então, ainda é mais apertado do que eu imaginava.

As receitas crescem em linha com as despesas. Não podemos olhar só o que tem de receitas a mais. Temos de olhar todos os contratos, todas as atividades que são reajustadas com a inflação. E nós, como prioridade do Município, mantemos funcionando e temos de atender, de forma que, o que arrecadou a mais, em geral, seja direcionado às despesas que também cresceram.

Sob o ponto de vista da gestão orçamentária, um comentário feito pelo Vereador Donato, sobre os contratos e sobre... Alguns contratos, nós reajustamos com mais intensidade, outros menos, outros demandam uma análise mais aprofundada. Isso é um processo que vem sendo feito e vai continuar sendo feito.

Mas, ao fim, ao cabo, as despesas totais estão crescendo 1%, que é abaixo da inflação do período. Ou seja, nós estamos sendo capazes de equacionar uma dinâmica, que vinha anteriormente, de despesas que cresciam mais do que receitas. As despesas iam crescendo em um ritmo mais rápido. O Vereador Isac Felix fez uma comparação de uma casa que precisa de reparos. É mais ou menos parecido. A casa estava firme, estava ok, mas as estruturas estavam precisando de reformas urgentes, que se não fossem feitas, se não fossem ajustadas, poderiam levar à queda da casa. Ou seja, como eu tenho falado, inclusive, em meus artigos publicados: a foto era boa, mas a dinâmica preocupava, de forma que estamos ajustando a dinâmica e vamos continuar ajustando a dinâmica para frente. Importante é manter o equilíbrio orçamentário, para que os projetos e atividades, que a Cidade realiza, sejam sustentáveis ao longo do tempo.

Um comentário que o *rapper* Pirata fez durante a apresentação dele: “Estamos economizando para fazer frente ao que vem de gasto para o futuro”. É justamente isso mesmo. Nós temos de ter segurança que teremos recursos para atravessar o período em que não haja ingresso de recursos, que é o final do ano. Então, estamos fazendo uma execução orçamentária, que tem um planejamento como pano de fundo, para que as contas sejam equilibradas até o final do ano e as políticas públicas sejam sustentáveis ao longo do tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. Secretário.

Quero aproveitar a audiência pública e informar que o Sr. Secretário colocou a esta Presidência que, na sexta-feira, chega o Projeto de Lei Orçamentária Anual e nós, na reunião ordinária que vamos reabrir daqui a pouco, já faríamos... Vou propor aos Colegas que, na

próxima quarta-feira, convidemos o Sr. Secretário para fazer a exposição geral da Lei Orçamentária Anual.

O SR. ANTONIO DONATO – Só um pequeno comentário.

Delfim Neto falava que os números, quando torturados, costumam confessar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, pergunto se, na próxima quarta-feira, se passar na Comissão de Finanças, se poderemos convidar o Sr. Secretário e equipe para fazer a exposição geral do Orçamento?

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu tenho pressa. Eu tenho pressa, para que possamos fazer um grande debate na cidade de São Paulo.

Então, nada mais a tratar, eu quero agradecer a presença do Sr. Secretário Caio Megale e a assessoria de S.Exa. presente aqui e aos representantes do Tribunal de Contas do Município.

Declaro encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado a todos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17031 DATA: 28/09/2017 FL: 34 DE 34

FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF
